



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

27/05/2017 ATÉ 27/05/2017

INDÍCE

1	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	1.1 IMIRANTE.COM.....	1
2	CONVÊNIOS	
	2.1 BLOG DOMINGOS COSTA.....	2
3	INSTITUCIONAL	
	3.1 BLOG DO MINARD.....	3
	3.2 INTERNET - OUTROS.....	4
4	JUÍZES	
	4.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	5
	4.2 BLOG DA KELLY.....	6
	4.3 BLOG DO MACHADO.....	7
	4.4 BLOG DOMINGOS COSTA.....	8
	4.5 BLOG GILBERTO LEDA.....	9
	4.6 BLOG GILBERTO LIMA.....	10
	4.7 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	11
	4.8 SITE MARANHÃO DE VERDADE.....	12
5	OBRAS / REFORMAS	
	5.1 SINDJUS.....	13
6	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	6.1 SITE O PROGRESSO.....	14
7	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	7.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	15
	7.2 SITE O PROGRESSO.....	16
8	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	8.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	17

Já está na cadeia, homem acusado de "torturar" a própria mãe idosa

27/05/2017 09:12:08

Roberto foi encaminhado para penitenciária de pedrinhas

A Juíza Oriana Gomes, titular da 8ª Vara Criminal da capital - unidade judicial competente para julgar ações que envolvem idosos - decretou nesta sexta-feira (26) a prisão preventiva de Roberto Elísio Coutinho de Freitas, acusado de agredir física e psicologicamente sua mãe, J.C.M.F., de 80 anos de idade. A magistrada também determinou o afastamento do acusado do lar e que ele mantenha distância mínima da idosa de 1.000 metros.

A decisão da juíza atende representação da Delegacia de Proteção ao Idoso, que pugnou pela prisão preventiva do acusado e por medidas protetivas, visando à proibição de aproximação e de manter contato com a ofendida e com pessoas que moram com ela, por qualquer meio de comunicação, com vistas a preservar sua integridade física, moral e psicológica.

Em sua decisão de mandar prender o representado, a juíza Oriana Gomes assinala que a medida, apesar de extrema, se faz necessária "*para que a idosa volte a ter sua tranquilidade restaurada*", e também para que ele não venha a dificultar as diligências, com vistas a esclarecer os fatos delituosos.

No Termo de Declaração anexado ao Inquérito, o neto da idosa, Roberto Elísio Coutinho de Freitas Filho, filho do acusado, relata que sua avô, portadora de Alzheimer, vem sofrendo maus tratos por parte do representado (seu pai), "*que a agride tanto verbalmente como fisicamente*", puxando a vítima pelo braço, "dando-lhe empurrões e comida à força", além de ameaçá-la de internação.

A magistrada assinala que, pela provas produzidas pela autoridade policial e considerando a gravidade dos fatos descritos, ficou convencida de que o deferimento das medidas de afastamento do lar, domicílio ou local de convivência e de proibição de contato com a ofendida, de seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação, "*são as que melhor se apresentam no momento*".

Da Assessoria do TJMA

Preso homem acusado de agredir idosa em São Luís

27/05/2017 00:00:00

A Polícia Civil do Maranhão, através da Delegacia do Idoso, conseguiu prender na manhã desta sexta-feira (26) Roberto Elísio Coutinho de Freitas, preso após a circulação de um vídeo por meio das redes sociais, onde ele agride sua própria mãe, uma idosa de 84 anos de idade, em São Luís.

A prisão de Roberto Coutinho foi coordenada pela delegada Iglia Freitas com apoio da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), que conseguiu localizar o acusado em uma residência no município da Raposa, cidade que fica à 30 km da capital maranhense.

Durante seu depoimento, o acusado alegou sofrer de distúrbios mentais, e que evitava procurar tratamento adequado. De acordo com o superintendente da SPCC, Armando Pacheco, na residência que serviu de cenário para o crime foram encontradas várias munições de calibre 38, documentos de uma pistola que não foi localizada, além disso a polícia conseguiu imagens de VDR que devem ser periciadas.

A juíza Oriana Gomes, da 8ª vara criminal de São Luís, expediu o mandado de prisão preventiva, que após seu esclarecimento as autoridades policiais, foi recambiando ao Centro de Triagem de Pedrinhas. A idosa foi encaminhada ao Instituto Médico Legal (IML) para se submeter a exames cabíveis.

Justiça decreta prisão preventiva do homem que agrediu a própria mãe de 84 anos

26/05/2017 21:09:27

Roberto Elísio Coutinho de Freitas, 51 anos. (Foto: Foto: Divulgação/SSP-MA)

A 8ª Vara Criminal da capital, responsável por julgar ações que envolvem idosos, decretou, nesta sexta-feira (26) a prisão preventiva de Roberto Elísio Coutinho de Freitas, 51 anos, acusado de agredir física e psicologicamente a mãe, Joseth Coutinho Martins de Freitas, de 84 anos de idade.

A determinação foi da Juíza Oriana Gomes, a magistrada também determinou o afastamento do acusado do lar, e ele deve se manter distante da idosa em pelo menos mil metros.

A decisão da juíza atende a representação da Delegacia de Proteção ao Idoso, que pugnou pela prisão preventiva do acusado e por medidas protetivas, visando à proibição de aproximação e de manter contato com a ofendida e com pessoas que moram com ela, por qualquer meio de comunicação, com vistas a preservar sua integridade física, moral e psicológica.

Em sua decisão de mandar prender o representado, a juíza Oriana Gomes assinala que a medida, apesar de extrema, se faz necessária "para que a idosa volte a ter sua tranquilidade restaurada", e também para que ele não venha a dificultar as diligências, com vistas a esclarecer os fatos delituosos.

No Termo de Declaração anexado ao inquérito, o neto da idosa, Roberto Elísio Coutinho de Freitas Filho, filho do acusado, relata que sua avô, acometida de Alzheimer, vem sofrendo maus-tratos por parte do representado (seu pai), "que a agride tanto verbalmente como fisicamente", puxando a vítima pelo braço, "dando-lhe empurrões e comida à força", além de ameaçá-la de internação.

A magistrada assinala que, pela provas produzidas pela autoridade policial e considerando a gravidade dos fatos descritos, ficou convencida de que o deferimento das medidas de afastamento do lar, domicílio ou local de convivência e de proibição de contato com a ofendida, de seus parentes e testemunhas por qualquer meio de comunicação, "são as que melhor se apresentam no momento".

MP-MA apura o caso

Segundo o Ministério Público do Maranhão, a idosa está sendo assistida e acompanhada pelo Núcleo Psicossocial do Ministério Público.

Após a conclusão do inquérito, o MP-MA poderá ajuizar Ação Penal contra o agressor.

1ª Vara Criminal de São Luís passa a julgar organizações criminosas

26/05/2017 21:00:32

As medidas para implantação das novas competências foram discutidas no Tribunal de Justiça do Maranhão

Com a publicação da Lei Complementar nº 188, de 19 de maio de 2017, a 1ª Vara Criminal de São Luís passa a ter competência para processar e julgar todos os crimes envolvendo atividades de organização criminosa, ocorridos em todo o Estado do Maranhão. As medidas para implantação das novas competências foram discutidas nesta sexta-feira (26), em reunião no Tribunal de Justiça do Maranhão.

Na ocasião, o presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha ressaltou a importância da aprovação da Lei Complementar Nº 188/2017, que atende a antiga reivindicação do Ministério Público e da Segurança Pública do Maranhão, para criação de uma vara com competência especializada no processo e julgamento dos casos envolvendo o crime organizado. Ele explicou que os primeiros meses servirão para experimentação e observação do trabalho, que será avaliado no próximo semestre, para verificação da necessidade de melhorias ou mudanças.

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, frisou que a medida é importante para reforçar a luta contra o crime organizado no Estado e que o órgão dará uma efetiva contribuição para o sucesso da iniciativa.

Competência - Segundo a Lei Complementar nº 188/2017 - que trouxe novas definições de competência e organização judiciária às unidades judiciais - as ações penais que envolvam organizações criminosas em andamento em outras unidades jurisdicionais, quando da publicação da Lei, não serão redistribuídas à 1ª Vara Criminal de São Luís. Aqueles processos já em andamento na 1ª Vara deverão permanecer na unidade.

Conforme a Lei, o juiz titular da 1ª Vara Criminal poderá decidir pela formação de colegiado em 1º Grau para a prática de qualquer ato processual - de que trata a Lei nº 12.694/2012 - especialmente decretação de prisão ou de medidas assecuratórias; concessão de liberdade provisória ou revogação de prisão; sentença; progressão ou regressão de regime de cumprimento de pena; concessão de liberdade condicional; transferência de preso para estabelecimento prisional de segurança máxima e inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado.

Crime Organizado - A alteração da competência da 1ª Vara Criminal de São Luís segue a Recomendação nº 3/2006 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos tribunais a especialização das unidades judiciais para processar e julgar, de forma exclusiva ou concorrente, os crimes praticados por organizações criminosas, com o fim de melhorar a qualidade e celeridade em relação ao processamento de delitos de maior

complexidade, seja quanto ao crime ou quanto ao número de envolvidos.

A medida considera a necessidade da concentração de esforços, recursos públicos e informações no combate ao crime organizado, além da necessidade de resposta judicial ágil e pronta em relação às medidas especiais de investigação aplicáveis à matéria.

Segundo a Recomendação nº 3/2006 do CNJ, o "grupo criminoso organizado" é aquele estruturado, de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na Convenção das Nações Unidas sobre Crime Organizado Transnacional, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou material.

O post [1ª Vara Criminal de São Luís passa a julgar organizações criminosas](#) apareceu primeiro em [Blog do Minard](#).

Acordo garante que egressos do sistema prisional executem obras realizadas pelo Estado

26/05/2017 23:22:47

Da esquerda para a direita, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia; desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho; presidente do TJ, Cleones Cunha; presidente da EMAP, Ted Lago; e secretária adjunta de Administração Penitenciária, Ana Luísa Silva Frazão.

Garantir que egressos do sistema prisional do Maranhão executem obras realizadas pelo Governo do Estado é a finalidade do Termo de Cooperação Técnica assinado, essa semana, entre a [Secretaria de Estado de Administração Penitenciária \(Seap, a Empresa Maranhense de Administração Portuária \(Emap\)](#), e a Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), órgão ligado ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

A iniciativa consiste em instituir a operacionalização da Lei 10.182/2014, responsável pela criação do "Programa Começar de Novo", criado em 2009, por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a finalidade de promover ações de reinserção social de pessoas que já deixaram o sistema carcerário. Com a assinatura do termo, o objetivo é contratar detentos e egressos para trabalharem em obras e serviços feitos pelo Estado, com vagas previamente reservadas, e oferta de qualificação técnica.

Agressor da mãe já fardado na sua nova residência: Pedrinhas!

26/05/2017 18:44:36

Roberto Elísio Coutinho de Freitas foi transferido para o complexo penitenciário de Pedrinhas...

Por determinação da Juíza Oriana Gomes, titular da 8ª Vara Criminal da capital, o bacharel em direito Roberto Elísio Coutinho de Freitas, acusado de agredir física e psicologicamente sua mãe, a professora universitária aposentada Joseth Coutinho Martins de Freitas, de 80 anos, foi transferido para o Centro de Triagem da Penitenciária de Pedrinhas, no final da tarde desta sexta-feira (26).

A magistrada também determinou o afastamento do acusado do lar e determinou que ele mantenha distância mínima da idosa de 1.000 metros. A decisão da juíza atende representação da Delegacia de Proteção ao Idoso, que pugnou pela prisão preventiva do acusado e por medidas protetivas, visando à proibição de aproximação e de manter contato com a ofendida e com pessoas que moram com ela, por qualquer meio de comunicação, com vistas a preservar sua integridade física, moral e psicológica.

Pensão de 38 mil reais

Roberto Elísio era, até então, o responsável por gerenciar a pensão da mãe, aposentada da Universidade Federal do Maranhão. O valor, cerca de R\$ 38 mil, seria referente a soma da aposentadoria com o acréscimo de pensão deixada pelo pai de Elísio, falecido há 20 anos. O agressor não recebia esse valor de forma integral, em função de vários empréstimos contraídos, a família se mantinha com aproximadamente R\$ 12 mil.

Post do Blog do Gilberto Léda embasou pedido de prisão de Roberto Elísio

27/05/2017 13:59:52

Foi a partir do post do **Blog do Gilberto Léda** denunciando aos atos de violência do bacharel em Direito Roberto Elísio de Freitas contra a própria mãe ([reveja](#)) que o Ministério Público do Maranhão pediu à Justiça a prisão do agressor.

A informação foi tornada pública pela juízaa Oriana Gomes, titular da 8ª Vara Criminal de São Luís.

Ao atender ao pedido do MP e determinar a prisão preventiva de Elísio, ela destacou que, na representação, o promotor Augusto Cutrim anexou matéria do blog.

"Consta na Representação do zeloso Promotor de Justiça que na data de 26 do corrente mês chegou ao conhecimento da referida Promotoria de Justiça Especializada na Proteção ao Idoso, por meio de **matéria publicada no blog do Sr. Gilberto Léda**, e reproduzida por diversos veículos na internet que o representado Roberto Elísio Coutinho de Freitas, agindo de forma livre e consciente, "torturou expondo a perigo a integridade física e psicológica de sua genitora, a Sra. JOSETH COUTINHO MARTINS DE FREITAS", diz a magistrada.

O **Blog do Gilberto Léda** foi o primeiro a denunciar o caso, ainda na noite de quinta-feira (25).,

Procon perde batalha judicial contra escolas particulares de São Luís

27/05/2017 09:53:55

O Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor (Procon-MA) perdeu neste mês uma batalha que travava na Justiça, desde abril, contra 21 escolas privadas de São Luís.

O órgão notificou todos os estabelecimentos em janeiro, por conta de alegado aumento abusivo de mensalidades, e cobrou apresentação de planilhas que comprovassem a necessidade de majoração dos preços. Na ocasião, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Maranhão (SINEPE/MA) também foi notificado ([reveja](#)).

Depois disso, três meses depois, o Procon entrou na Justiça, cobrando as mesmas planilhas e, ainda, R\$ 10 milhões a título de dano moral coletivo. O caso foi julgado pelo juiz Manoel de Araújo Chaves, respondendo pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Capital.

Em seu despacho sobre o assunto ele extinguiu o processo, sem solução de mérito, "considerando a ausência de interesse de agir".

Leia abaixo a parte final da decisão.

No caso em análise, o PROCON/MA, na condição de órgão de fiscalização, não especifica a conduta de cada um dos estabelecimentos de ensino, limitando-se a narrar de forma genérica e abstrata o descumprimento das normas consumeristas por algumas destas escolas da rede particular. Ademais, o autor não demonstrou ter se utilizado de prévio procedimento, na via administrativa, relativa ao desempenho de seu mister fiscalizatório, no sentido de apurar a alegada conduta abusiva das escolas demandadas, bem como de aplicar as sanções pertinentes. A legitimação do PROCON/MA para a propositura da ação civil pública não lhe exime da sua obrigação legal de exercer a sua atuação administrativa, atendendo aos princípios constitucionais do processo (ampla defesa, contraditório, publicidade, etc.), previamente à judicialização do conflito de interesses havidos entre o fornecedor e o consumidor. Admitir-se o contrário, significaria aceitar a transferência para o direto controle jurisdicional de questões tipicamente submetidas ao poder de polícia, tais como a avaliação anual da lista de material escolar e a análise das planilhas de custos dos estabelecimentos de ensino, suprimindo-se, assim, a instância administrativa; situação não desejável no modelo republicano adotado pela Constituição Federal.

Mulher de Roberto Elísio, o 'monstro' que espancou a mãe, assume autoria dos vídeos

26/05/2017 00:00:00

A esposa de Roberto Elísio Coutinho de Freitas, identificada como Danny, assumiu a autoria dos vídeos que levaram o agressor da própria mãe à prisão.

Nos vídeos, divulgados nas redes sociais e em blogs, na noite de quinta-feira (25), [ele aparece submetendo a idosa a uma verdadeira sessão de tortura e espancamento](#). Ela é professora aposentada da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), e vinha sendo agredida há bastante tempo.

Em postagem no facebook, ela diz que irá ficar neutra e que os procedimentos na justiça devem ser resolvidos pelos familiares dele, acrescentando que ele está preso por causa vídeos gravados por ela

"O vídeo não foi divulgado antes, pois eu tinha que ter algumas provas. Se ele está preso é graças aos vídeos que eu gravei. Se coloquem no meu lugar. Não tinha como eu fazer nada antes. Eu poderia ser vítima também, mesmo o Roberto não apresentando ser agressivo em muitos anos", diz.

Ela encerra a mensagem pedindo que a justiça seja feita. Roberto Elísio [foi preso no fim da manhã desta sexta-feira e está no Complexo Penitenciário de Pedrinhas](#).

Confira a íntegra do que autora dos vídeos escreveu no facebook.

Boa noite!

Aqui é a Danny, como vocês sabem eu e o Roberto Elísio utilizamos perfil COMPARTILHADO no facebook. No momento ele está detido e prestando depoimentos e a minha sogra está fazendo corpo de delito. Irei ficar neutra e os procedimentos da justiça quem deve resolver são os familiares do Roberto, como vem me atingindo e como o perfil é compartilhado com ele, vocês podem me chamar no whatsapp pra saber se estou bem.

O vídeo não foi divulgado antes, pois eu tinha que ter algumas provas, se ele está preso é graças aos vídeos que eu gravei. Se coloquem no meu lugar, não tinha como eu fazer nada antes, eu poderia ser vítima também, mesmo o Roberto não apresentando ser agressivo em muitos anos.

Esse perfil aqui em breve será desativado e irei criar um só pra mim. Estarei offline aqui a partir de agora.

O que eu tenho a dizer? Que a justiça seja feita.

Ação Global 2017 ocorre neste sábado (27), no campus da UFMA em São Luís

SÃO LUÍS - Hoje muita gente acordou mais cedo, arrumou as coisas em casa e saiu para aproveitar os serviços oferecidos na Ação Global, que acontece no campus do Bacanga, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). A ação teve início às 8h e vai até às 17h. O tema deste ano é "Qualidade de vida para toda a família". Mais de 200 serviços estão sendo oferecidos à população de São Luís e pessoas que vieram de cidades vizinhas. Salão de beleza, casamento comunitário, recreação para as crianças e adolescentes, atendimentos médicos com oftalmologistas, dentistas, pediatrias entre outros. A grande novidade deste ano é a doação de livros usados e remédios. A ação está contando com a ajuda de mais de três mil voluntários. No ano passado, a edição do Ação Global recebeu 55 mil pessoas. Neste ano a expectativa é atender o dobro de pessoas, pois somente na parte da manhã o número de visitantes já foi maior do que o esperado. Os serviços com mais procura são os de estética, oftalmologia e emissão de documentos. O deputado estadual Eduardo Braide falou sobre a importância da ação. "Esse projeto mostra que o momento em que vive o país, a união entre o poder público e a iniciativa privada resume a boa ação da Ação Global em benefício da população, principalmente aquela que mais precisa dos atendimentos básicos", afirmou o político. A ação também contou com a presença da atriz global Jurema Reis, que está no ar como a personagem Jurema na novela Novo Mundo, e ela está radiante por finalmente ter conhecido o Maranhão e principalmente participando do Ação Global. "É um super projeto. O maior número de serviços oferecidos é aqui no Maranhão. É muito legal a população ter acesso a todos esses serviços. É de fundamental importância. Além de elevar a qualidade de vida, a auto estima, etc", contou. A farmacêutica, Dr^a Terezinha Rego, foi a grande homenageada da parte da manhã por participar de todas as edições do Ação Global, independente da idade. "Espero que Deus me dê forças para que na 27^a edição eu esteja aqui com saúde", falou ao receber a placa em sua homenagem.

A TV Mirante também está presente no Ação Global, tirando dúvidas da população sobre como proceder para receber o sinal digital em sua casa. O desligamento total do sinal analógico nas cidades de Alcântara, Bacabeira, Bacurituba, Icatu, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, São Bento, São José de Ribamar e na capital São Luís, está previsto para o dia 28 de março de 2018. Depois dessa data, quem não estiver recebendo o sinal digital em sua casa, seja através de conversor, ou mesmo de televisores mais modernos que já vem com essa tecnologia digital, ficará sem o sinal de tv aberta.

1ª Vara Criminal De São Luís Passa Ter Competência Para Julgar Organizações Criminosas.

Juliana Mendes (Assessoria de Comunicação do TJMA).

0

-
-
-
-
-
-

Foto: Ribamar Pinheiro.

Com a publicação da Lei Complementar nº 188, de 19 de maio de 2017, a 1ª Vara Criminal de São Luís passa a ter competência para processar e julgar todos os crimes envolvendo atividades de organização criminosa, ocorridos em todo o Estado do Maranhão. As medidas para implantação das novas competências foram discutidas nesta sexta-feira (26), em reunião no Tribunal de Justiça do Maranhão.

Na ocasião, o presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha ressaltou a importância da aprovação da Lei Complementar Nº 188/2017, que atende a antiga reivindicação do Ministério Público e da Segurança Pública do Maranhão, para criação de uma vara com competência especializada no processo e julgamento dos casos envolvendo o crime organizado. Ele explicou que os primeiros meses servirão para experimentação e observação do trabalho, que será avaliado no próximo semestre, para verificação da necessidade de melhorias ou mudanças.

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, frisou que a medida é importante para reforçar a luta contra o crime organizado no Estado e que o órgão dará uma efetiva contribuição para o sucesso da iniciativa.

O juiz titular da 1ª Vara Criminal, Ronaldo Maciel, disse que atuará em conjunto com os órgãos envolvidos com a segurança pública do Estado, buscando combater o crime organizado e respeitando a independência funcional de cada agente. “Somos todos aliados neste objetivo comum e não podemos nos furtar da responsabilidade”, afirmou.

O secretário estadual de Segurança Pública, Jefferson Portela, afirmou que o alinhamento e trabalho integrado dos órgãos permitirá uma melhoria na resposta à sociedade quanto ao efetivo combate ao crime organizado.

COMPETÊNCIA - Segundo a Lei Complementar nº 188/2017 - que trouxe novas definições de competência e organização judiciária às unidades judiciais - as ações penais que envolvam organizações criminosas em andamento em outras unidades jurisdicionais, quando da publicação da Lei, não serão redistribuídas à 1ª Vara Criminal de São Luís. Aqueles processos já em andamento na 1ª Vara deverão permanecer na unidade.

Conforme a Lei, o juiz titular da 1ª Vara Criminal poderá decidir pela formação de colegiado em 1º Grau para a prática de qualquer ato processual - de que trata a Lei nº 12.694/2012 - especialmente decretação de prisão ou de medidas assecuratórias; concessão de liberdade provisória ou revogação de prisão; sentença; progressão ou regressão de regime de cumprimento de pena; concessão de liberdade condicional; transferência de preso para estabelecimento prisional de segurança máxima e inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado.

CRIME ORGANIZADO - A alteração da competência da 1ª Vara Criminal de São Luís segue a Recomendação nº 3/2006 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos tribunais a especialização das unidades judiciais para processar e julgar, de forma exclusiva ou concorrente, os crimes praticados por organizações criminosas, com o fim de melhorar a qualidade e celeridade em relação ao processamento de delitos de maior complexidade, seja quanto ao crime ou quanto ao número de envolvidos.

A medida considera a necessidade da concentração de esforços, recursos públicos e informações no combate ao crime organizado, além da necessidade de resposta judicial ágil e pronta em relação às medidas especiais de investigação aplicáveis à matéria.

Segundo a Recomendação nº 3/2006 do CNJ, o “grupo criminoso organizado” é aquele estruturado, de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na Convenção das Nações Unidas sobre Crime Organizado Transnacional, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou material.

Participaram da reunião, o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Ângelo Santos; o diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim; o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo; o delegado da Superintendência Estadual de Investigação Criminal (SEIC), Thiago Bardal; os promotores de Justiça Adélia Maria Rodrigues (1ª Promotoria de Justiça Criminal) e Marcos Valentim Pinheiro (Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas do MPMA (GAECO)); o presidente da Associação dos Delegados de Polícia Civil, Marconi Chaves; o presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão, Tarcisio de Sousa Bonfim; além de delegados que atuam nos órgãos de combate ao crime organizado do Estado.

Vice -presidente do Sindjus-MA, participa de inauguração do novo prédio do Fórum de Viana

26/05/2017 | 14:23

George Ferreira, vice-presidente do Sindjus-MA e servidores do novo Fórum de Viana

O vice- presidente do Sindjus-MA, George Ferreira, participou ontem (25) da inauguração do Fórum de Viana.

A obra teve um atraso de entrega de alguns anos. A pedra fundamental do novo Fórum de Viana foi lançada em setembro de 2011, pelo então presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon.

Em 2013 o Sindjus-MA esteve no local para denunciar o atraso e os problemas que existiam na construção, na ocasião a assessoria do Tribunal informou que a obra estaria paralisada para uma revisão nos projetos técnicos de engenharia e adequação dos serviços de drenagem e esgoto sanitário, pois no subsolo do prédio existia uma lagoa o que abalou a estrutura do prédio e muros de arrimo. [\(VEJA AQUI VIDEO\)](#)

“Em 2013, quando eu ainda era servidor lotado na comarca de Viana, solicitei a diretoria do Sindjus-MA que viessem até a cidade para constatarem in loco os problemas que existiam na obra. A diretoria do Sindicato de pronto atendeu minha solicitação, veio até Viana e buscaram explicação e solução para o motivo da paralização da obra. Hoje a cidade está de parabéns, pois irá proporcionar enfim, um atendimento efetivo, real e concreto à população. Quero parabenizar o trabalho da equipe de engenharia do TJMA, representada por sua diretoria, Tayara Oliveira, pelo excelente trabalho realizado nesse projeto, aja visto as condições naturais do terreno bem como os problemas encontrados na estrutura” Enfatizou George Ferreira, vice-presidente do Sindjus-MA.

O novo prédio está localizado na Avenida Luís de Almeida Couto, no bairro Barrerinhas e leva o nome do desembargador Manoel Lopes da Cunha, vianense formado em Direito, tendo exercido as funções de promotor de Justiça, juiz, governador do Maranhão, desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O prédio tem dois pavimentos, com área total construída de 1. 193,58 m², em um terreno doado pela prefeitura de Viana, e abrigará duas unidades jurisdicionais, com sala de audiência, gabinete de juiz, assessoria, secretária judicial, arquivo, sala de distribuição e protocolo, sala da OAB e de oficiais de justiça, recepção, sala de depoimento especial, salão de júri com 90 lugares, copa e banheiros feminino e masculino e adaptados para pessoas com deficiência e atende uma população de mais de 51 mil habitantes.

O desembargador Lourival Serejo, cidadão vianense, escritor e membro da Academia Maranhense de Letras, Academia de Letras Jurídicas e da Academia de Letras Vianense enfatizou que a inauguração do Fórum representa uma conquista, uma afirmação da importância histórica da Comarca de Viana.

Além da estrutura física para o funcionamento da Justiça estadual, o Fórum de Viana está alinhado à política socioambiental, implementada pelo TJMA em 2016. O novo prédio possui sua própria estação de tratamento de esgoto, para tratar todos os dejetos produzidos em seu prédio antes de direcioná-los ao descarte, evitando a degradação do meio ambiente. Além de Viana, os fóruns de Olinda Nova, Maracaçumé e São Mateus possuem esse benefício até o momento.

Cleones Cunha (Presidente do TJMA), Odete Trovão(Juíza diretora do Fórum), Lorival Serejo (Desembargador), George Ferreira (Vice-Presidente do Sindjus-MA)

As juízas Odete Maria Pessoa Nota Trovão e Carolina de Sousa Castro são as titulares da comarca que atualmente (entrância intermediária) com duas unidades judiciais (1º e 2º varas) possui um acervo de 8.365 processos.

Para a diretora do Fórum, juíza Odete Trovão (titular da 1ª Vara Judicial), as novas instalações irão proporcionar um melhor atendimento à população e condições dignas de trabalho aos servidores da Justiça, trazendo impacto positivo na qualidade e transparência dos serviços forenses, a ajuíza agradeceu e reconheceu todo o trabalho da sua equipe de servidores.

“Desde 1835, o Tribunal de Justiça do Maranhão tem essa dívida com a sociedade vianense, que agora está sendo resgatada. Não é somente a obra que é relevante. O mais importante é que estamos cumprindo o compromisso assumido com os cidadãos de Viana e Cajari, garantindo a todos um tratamento digno e respeitoso nesta Casa”, declarou Cleones Cunha presidente do TJMA.

Fonte: Site Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA)

394 casos de violência contra idoso já foram registrados neste ano em SL

ISMAEL ARAUJO

27/05/2017

Roberto Elísio Coutinho, denunciado em vídeo em rede social, foi autuado pelos crimes de tortura, violência doméstica, ameaça e cárceres privado contra sua genitora; ele pode ser condenado a 20 anos de reclusão

SÃO LUÍS - O bacharel em Direito Roberto Elísio Coutinho de Freitas, o Gordo, de 50 anos, pode responder por mais de 20 anos de cadeia pelos crimes de tortura, violência doméstica, ameaça e cárcere privado. Ele foi preso na manhã de sexta-feira, 26, na cidade de Raposa, sob acusação de agredir física e psicologicamente a sua genitora, Joseth Coutinho Martins de Freitas, de 84 anos, em sua residência, no bairro do Vinhais. Roberto Elísio teve prisão preventiva decretada e ainda na sexta-feira foi encaminhado ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A Defensoria Pública do Estado (DPE) registrou, em 2016, 804 casos de violência contra o idoso na Ilha e 394 de janeiro a abril deste ano.

Desde a noite de quinta-feira, 25, está circulando na rede social um vídeo em que Roberto Elísio Coutinho aparece agredindo a sua genitora, a professora aposentada de uma universidade pública e que ainda sofre de Alzheimer, Joseth Coutinho Martins de Freitas. Na manhã de sexta-feira, a cúpula da Secretaria de Segurança Pública (SSP) apresentou o agressor à imprensa, na sede da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), na Vila Palmeira.

A coletiva contou com a presença da subdelegada-geral da Polícia Civil, delegada Adriana Amarantes; do superintendente da SPCC, delegado Armando Pacheco, e de Iglia Freitas, titular da Delegacia do Idoso.

A delegada Iglia Freitas informou que ficou sabendo da ocorrência também por meio da rede social na quinta-feira e no mesmo dia comunicou o ato de barbárie à juíza titular da 8ª Vara Criminal, Oriana Gomes. Logo depois, o Poder Judiciário expediu o mandado de prisão preventiva contra o criminoso. A ordem judicial foi cumprida na manhã de sexta-feira.

Roberto Elísio Coutinho foi preso na residência da família, em Raposa. Segundo a delegada, ele vai ficar preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas à disposição da Justiça. Entre os crimes que serão atribuídos a ele estão o de tortura, violência doméstica, ameaça e cárcere privado, que tem pena acima de 20 anos de cadeia.

Vídeo

Em relação ao vídeo em que Roberto Elísio Coutinho aparece batendo com um pedaço de ferro em sua genitora, e ainda a agredindo psicologicamente, puxando à força o seu braço e lhe dando empurrões, a delegada declarou que foi gravado no começo deste ano pela mulher do acusado, nome não revelado.

A delegada também informou que há possibilidade de o homem ter agredido a idosa em outras oportunidades, já que as imagens do vídeo revelam a suspeita de que o ato de barbárie vinha sendo praticado com frequência. "Ainda bem que esse vídeo veio à tona e a polícia conseguiu prender o acusado", declarou Iglia Freitas.

A delegada afirmou que cabe ao agressor, que se diz portador de esquizofrenia, provar essa situação na Justiça, por meio de exames médicos. À polícia, cabe concluir o inquérito e encaminhá-lo ao Poder Judiciário no prazo estabelecido.

Inquérito

O delegado Armando Pacheco, superintendente da SPCC, informou que o inquérito policial foi instaurado ainda na sexta-feira na Delegacia do Idoso, sob o comando da delegada Iglia Freitas, que tem prazo de 10 dias para concluí-lo.

Armando Pacheco declarou ainda que a polícia realizou uma revista na casa da idosa, no Vinhais, onde apreendeu um aparelho de DVR, munições de calibre 38, um distintivo da Polícia Federal e um contracheque em nome dela, que serão periciados nos próximos dias.

Por meio do contracheque da vítima, a polícia constatou que os proventos da idosa estão acima de R\$ 38 mil, mas devido aos empréstimos consignados realizados recebe apenas a quantia de R\$ 12 mil. “Esses empréstimos acabam resultando na suspeita de que o agressor estava consumindo o patrimônio da sua mãe”, explicou Armando Pacheco.

O delegado disse ainda que há suspeita de que Roberto Elísio Coutinho agredia também, física e psicologicamente, o seu genitor, nome não revelado, antes de sua morte, assim como a sua mulher e suas duas empregadas. A polícia vai investigar esses casos.

mais informações

em <http://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/05/27/justica-decreta-preventiva-de-filho-que-agredia-a-mae.shtml>

Construindo uma família: pais contam experiências com a adoção

LEANDRO SANTOS / O ESTADO

27/05/2017

Na quinta-feira, foi comemorado o Dia Nacional da Adoção, e durante a semana que passou O Estado conversou com algumas famílias, que contaram as boas experiências e muito amor na adoção de uma criança

SÃO LUÍS - Pai é quem cria. A frase pode até parecer um clichê, mas se aplica perfeitamente quando o assunto é adoção. Na quinta-feira, dia 25, foi comemorado o Dia Nacional da Adoção e O Estado conversou com alguns pais que relataram as alegrias e boas experiências em ter um filho adotado. Em seus novos lares, essas crianças encontraram todo amor e proteção que uma família pode oferecer.

O processo de adoção não é tão simples. Ao mesmo tempo, ele não é tão demorado e burocrático como muitas pessoas acreditam que seja. Muitas vezes, a família já está com a criança em sua casa muito antes do que possa imaginar.

Adoção

Em São Luís, atualmente existem 21 crianças disponíveis para adoção e 105 pretendentes aptos para adotar. Há alguns anos, a professora Dulciane Aguiar Barbosa integrava essa última lista, mas já saiu desde o momento em que o pequeno João Matheus, hoje com 9 anos, passou a fazer parte da sua família.

Ela contou que sempre sonhou em ser mãe, mas esse sonho foi interrompido no momento em que ela perdeu a criança que esperava durante a gestação. Superado o trauma, muitas pessoas a aconselharam a adotar uma criança, ideia que, inicialmente, ela recusou. "Eu queria engravidar e passar por todas as emoções de um parto", contou a professora.

No entanto, conversando com outras pessoas, a possibilidade de adotar uma criança começou a amadurecer. Na sua família, já existiam pessoas que haviam sido adotadas, como o seu ex-companheiro com quem ela vivia na época, e a mãe dele. Convencida da situação, ela decidiu entrar na fila da adoção para ter uma criança. No dia 14 de outubro de 2010, ela recebeu a ligação da Vara da Infância e Juventude lhe informando que havia crianças para adoção. Foram apresentados uma de nove meses e outra de um 1 e cinco meses, esse último era o João Matheus. "Foi uma angústia ter de escolher entre esses dois. Fui para casa, mas o meu coração já tinha escolhido o Mateus", disse.

Desde então, ela, juntamente com o seu companheiro na época, passaram por um período de convivência no abrigo onde a criança estava, por um período de 15 dias. Em dezembro daquele ano, o juiz lhe deu a guarda provisória do João Matheus.

Em maio de 2010, ela conseguiu a guarda permanente da criança. "Nós consideramos que ele foi abençoado por Deus", afirmou Dulciane Aguiar. Três meses depois, ela se separou e ficou temerosa com a possibilidade de perder a criança, mas isso não aconteceu.

Hoje, pode-se dizer que a criança conta com dois pais, que são o ex-marido de Dulciane Aguiar e o atual

companheiro da professora, e duas mães, a Dulciane e a atual esposa do seu ex-marido. A relação dos cinco é harmoniosa e um exemplo a ser seguido por todos.

Acolhimento

A chegada de uma nova criança ao lar enche a família de alegria, seja essa criança adotada ou não, uma vez que o amor oferecido pelos pais é o mesmo.

A arquiteta Carla Veras adotou a pequena Kyara, quando ela tinha 1 ano e três meses e hoje, aos 4 anos, a garotinha já faz parte definitivamente de sua família.

“Eu tive vontade de adotar uma criança e hoje ela é completamente integrada à família”, relatou a arquiteta, que destacou também a boa relação existente entre as suas duas filhas, uma biológica e a outra adotiva.

A funcionária pública Cleidiane Andrade Bandeira, moradora do município de Cajapió, adotou uma recém-nascida há cerca de três meses e hoje a pequena Sarah Costa Bandeira tem um lar, onde está sendo muito amada.

“Após uma cirurgia, meu marido não pode mais ter filhos então decidimos pela adoção”, afirmou que Cleidiane Andrade, que relatou ainda que sempre nutriu o sonho da maternidade. “Está sendo maravilhosa a experiência. É um amor sem medida”, frisou.

Perfil das crianças é um entrave para adoção

Para adotar uma criança, é necessário fazer o cadastro na Vara da Infância e Juventude, preencher algumas exigências e entrar na fila de adoção. Atualmente, em São Luís existem 21 crianças disponíveis para adoção e 105 pretendentes disponíveis para adotar. Com base nessas proporções, de imediato pode-se imaginar que todas essas crianças serão adotadas, uma vez que a quantidade de pessoas dispostas a acolhê-las é bem maior. Contudo, a realidade é diferente, pois muitos preferem certo “perfil” de criança, enquanto outros meninos e meninas acabam não sendo escolhidos.

“O grande entrave na adoção não são os prazos, mas o perfil. A maioria dos pretendentes quer crianças de até 2 anos, que sejam saudáveis e não estejam em grupos de irmãos”, disse Luciana Melo, que é gestora do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) na 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís.

Das crianças disponíveis para adoção hoje na capital maranhense, uma tem 2 anos; uma tem 3 anos; uma tem 6 anos; uma tem 8 anos; duas tem 10 anos; uma tem 11 anos; uma tem 12 anos; cinco têm 13 anos; quatro têm 14 anos; uma tem 15 anos; duas têm 16 anos e uma tem 17 anos.

As crianças com idade mais avançada têm possibilidades menores de serem adotadas. Elas permanecem nos abrigos disponíveis para adoção até os 18 anos e, passado esse prazo e não sendo adotadas, esses jovens são encaminhados para outros programas, como o Apadrinhamento Afetivo.

SAIBA MAIS

Para entrar na fila da adoção, os interessados devem ir à Vara da Infância e Juventude para obter a relação de documentos para iniciar o processo. O passo seguinte é a entrevista com os assistentes sociais e psicólogos e visita domiciliar. Os interessados devem fazer curso preparatório para adoção. Em seguida, existe a manifestação do Ministério Público e o juiz, dando a sentença favorável, os interessados entram no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Quando há uma criança disponível, a Vara da Infância entra em contato com os

interessados para a formação do vínculo entre a criança e a sua nova família.

Justiça do Maranhão decreta prisão preventiva de homem que agrediu a própria mãe

27/05/2017 11:19:41

O bacharel em Direito Roberto Elísio Coutinho de Freitas teve a prisão preventiva decretada pela Justiça, nesta sexta-feira, por conta das agressões físicas e psicológicas a que submeteu a própria mãe, uma idosa de 84 anos de idade. O decreto foi da juíza Oriana Gomes, titular da 8ª Vara Criminal de São Luís. Ele foi ... [Continue lendo "Justiça do Maranhão decreta prisão preventiva de homem que agrediu a própria mãe"](#)

Maranhão discute criação de observatório de direitos humanos

O desembargador Froz Sobrinho explicou sobre a importância da criação do observatório de direitos humanos

A Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF-TJMA) e instituições parceiras realizaram encontro para discutir a formação do observatório de direitos humanos com foco na pessoa privada de liberdade e egressos do sistema prisional.

A reunião foi aberta pelo desembargador Froz Sobrinho, coordenador da UMF. No encontro, realizado na Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), representantes de universidades e organismos ligados à questão penitenciária e da execução penal analisaram formas de conexão do Estado com a rede nacional de observatórios e grupos de pesquisa sobre salvaguardas sociais em interfaces com o sistema de justiça, sob a orientação dos pesquisadores Railander Figueiredo e Helil Bruzadelli, membros do Observatório de Minas Gerais e Santa Catarina, Participaram membros das secretarias estaduais de Segurança, Administração Penitenciária, Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB/MA, Núcleo de Estudos do Estado, Segurança e Sociedade e o Núcleo de Estudos da Violência da UFMA, Centro de Apoio Operacional Criminal, Núcleo de Execução Penal da DPE e o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

Na prática, serão mantidas parcerias com organismos nacionais e internacionais do sistema penal e penitenciário para articular, entre as políticas sociais básicas e o sistema de justiça, ações inclusivas mediante a participação entre os diversos setores da sociedade.

"A ideia é implementar uma rede de estudos colaborativos multicêntricos e intervenções em territórios diversos, com vistas ao fortalecimento de capacidades para convergências entre as políticas sociais básicas e a justiça criminal, apoiadas em responsabilidades das autoridades locais e na adoção de políticas de regulação", explicaram os pesquisadores.

Entre outras contribuições, o observatório de direitos humanos se destina a subsidiar, com evidências e propostas estratégicas e metodológicas, os esforços para formulação, avaliação e melhorias dos sistemas de justiça criminal. A experiência já está sendo desenvolvida com êxito, nos estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás.

O juiz Fernando Mendonça, da 2ª Vara de Execução Penal de São Luís, acrescentou que a rede colaborativa se propõe também a apoiar os componentes dos sistemas de justiça e governos nacional, estaduais e locais em processos de avaliação, monitoramento e melhorias de políticas, colocando-se como instrumento para um saber consistente sobre como intervir em realidades e auxiliar a pessoas criminalizadas ou vulnerabilizadas.

"Juntos, será possível fortalecer as capacidades locais por meio de estratégias de educação permanente de profissionais dos sistemas de justiça, de das políticas sociais básicas", concluiu.

Também estiveram presentes, dentre outros, o secretário Murilo Andrade (SEAP), professores Rosângela Guimarães e Márcio Aleandro (UFMA), defensor Bruno Dixon (DPE), desembargador Froz Sobrinho, juiz Fernando Mendonça (TJMA), psicólogo Paulo Guilherme, secretário da UMF Ariston Apoliano, promotor Cláudio Cabral (MPMA), delegados Maymone e Cícero (SSP), Felipe de Holanda (IMESC), advogada Ana Karolina (OAB-MA), Marilse Medeiros (Esmam) e os pesquisadores Helil Bruzadelli e Railander Figueiredo. **(Irma Helenn / Asscom TJMA)**

Vara da Infância de Imperatriz realiza passeio ciclístico amanhã

Camisa do passeio ciclístico da Vara da Infância de Imperatriz.

A Vara da Infância de Imperatriz já ultimou os preparativos para o 4º Passeio Ciclístico, que acontece neste domingo, 28, e que tem por objetivo alertar a população sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes. Os interessados em se inscrever podem se dirigir ao estande montado na entrada principal do Imperatriz Shopping, parceiro da iniciativa, até as 21h desse sábado, 27. Quem perder o prazo pode se inscrever no local do evento.

Por ocasião das inscrições, serão recebidas doações de alimentos a serem posteriormente distribuídos em obras sociais.

Camisa - A concentração para o passeio tem início às 7h, em frente ao Fórum Henrique de La Rocque, quando os inscritos recebem a camisa alusiva ao evento. Durante todo o percurso haverá distribuição de água mineral.

Ao final do passeio os participantes serão brindados com lanche servido no estacionamento do Imperial Shopping, ponto de chegada dos participantes que participam ainda de sorteio de brindes.